

Um Arquivo em Construção
Projeto Memória – Casa da Ciência
Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

MONICA CRISTINA DE MORAES*

A Casa da Ciência

A Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro é um espaço público e gratuito, voltado para a educação científica e tecnológica, que funciona em um antigo casarão rodeado por amplo e agradável jardim, em uma área de, aproximadamente, 700 m², do *campus* universitário da Praia Vermelha. Situada entre três bairros (Botafogo, Urca e Copacabana) da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, em um perímetro urbano de grande concentração populacional e alto valor imobiliário, a Casa avizinha várias edificações de grande valor histórico.¹

Idealizada, no início da década de 1990, pelo professor Maurício Arouca, com apoio do professor Luiz Pinguelli Rosa – ambos da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia COPPE/UFRJ –, foi inaugurada, em 1995, com o objetivo de configurar um espaço de diálogo entre o universo acadêmico e a sociedade civil, um canal permanente de difusão da ciência e tecnologia para o público geral.² Criada como um órgão vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, do ponto de vista administrativo e econômico, depende da universidade e de financiamentos externos – principalmente agências de fomento cultural e científico.

* Historiadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sediada na Casa da Ciência.

¹ Esse é um dado relevante, pois a região foi palco importante da história política e cultural da cidade, imbricada por sua evolução urbanística (ANDREATTA, Verena; CHIAVARI, Maria; REGO, 2009: 1-16). Historicamente, está marcada por disputas e processos imobiliários.

² Em 1994, no âmbito burocrático, o projeto de criação da Casa da Ciência da UFRJ foi aprovado, por unanimidade, no Conselho Superior de Coordenação Executiva da UFRJ (CSCE), coordenado pelo Reitor Paulo Alcântara Gomes – processo nº 23079/032101/94-21. Como órgão vinculado ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, a proposta previa sua instalação em uma antiga construção no *campus* da Praia Vermelha, com uma área de 700 m², após sua devida restauração.

[Digite texto]

Atuando em parceria com diversos órgãos, propõe, articula e acolhe projetos de unidades da UFRJ, bem como de outras instituições científicas nacionais e internacionais. Recebe, diariamente, um público diversificado, de diferentes faixas etárias e níveis de escolarização, em busca de propostas de atividades culturais: exposições, oficinas, mostras de vídeo, ciclo de debates e palestras, seminários etc.

No plano educacional, promove diversas atividades, especialmente exposições interativas difusoras de temas científicos, com ampla participação de escolas públicas, particulares e outras agremiações infanto-juvenis do Estado do Rio de Janeiro, além de contribuir para a formação multi e interdisciplinar de estudantes bolsistas da UFRJ, que atuam como mediadores com o público visitante, em diferentes projetos.

No âmbito conceitual, pode ser definida como museu, que, segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM), de 2007: “é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François, 2013: 64-67).

Do ponto de vista do imaginário popular, contudo, a ideia de museu está ainda muito vinculada às instituições que abrigam coleções permanentes. Se, por um lado, a Casa se afasta dessa perspectiva, pois abriga apenas exposições temporárias, com o objetivo de ser um espaço permanente de experimentação no campo da popularização da ciência, por outro, se aproxima, enquanto instituição de educação não formal, que possibilita incursões pedagógicas mais livres e menos burocráticas.³

Arquivo – um rápido esboço conceitual

A temática arquivística é tão frutífera quanto paradoxal, quando pensada sob a ótica da contemporaneidade, como nos faz refletir Pierre Nora (1993: 7-28) ao percorrer as nuances da relação entre memória e história: diante de um mundo abarcado pelo domínio “da

³ Para Moacir Gadotti (2005), a educação não formal “é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática”, não depende de diretrizes regulatórias e hierárquicas como a educação formal.
[Digite texto]

mundialização, da democratização, da massificação e da mediatização”, é a consciência da ruptura com o passado que nos resta, o sentimento de uma memória esfacelada, fragmentos de algo que não existe mais, pois “se habitássemos na nossa memória não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (NORA, 1993, p. 8).

Na busca por compreender a memória frente à história, o autor nos mostra como um distanciamento entre esses dois universos vai se constituindo: enquanto a memória se impõe na prática social, de forma ditatorial, integradora e organizadora, inconsciente de si e de suas deformações, vulnerável, múltipla, coletiva, plural etc.; a história não é mais do que “vestígio e trilha”, um esforço intelectual de representação do que já foi, sempre problemático e incompleto, que dessacraliza e deslegitima o passado vivido... Desse modo, hoje, só nos restam “lugares de memórias”: museus, arquivos, monumentos, cemitérios, coleções e tantos outros indícios de um tempo que se foi. Mas permitem aos historiadores seu trabalho de crítica ao passado. O arquivo é, na verdade, “a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (NORA, 1993: p. 16).

Henry Rousso (1996: 1-7) reforça essa compreensão do arquivo como indício de algo que está perdido, uma ação circunscrita em outro tempo, e o que resta é apenas “o sinal de sua passagem”. Cabe ao historiador, conscientemente, içar entre os vestígios remanescentes aqueles que, enquanto fontes documentais (escritas e testemunhos), irão corroborar seu empenho em recontextualizar um determinado período do passado, em uma narrativa de cunho científico. Ainda assim:

Existe um abismo entre aquilo que o autor de um documento pôde ou quis dizer, a realidade que esse documento exprime e a interpretação que os historiadores que sucederão em sua leitura farão mais tarde: é um abismo irremediável, que deve estar sempre presente na consciência, pois assinala a distância irreduzível que nos separa do passado, essa “terra estrangeira” (ROUSSO, 1996: 6).

Também sob uma perspectiva bastante atual, Terry Cook (1998: 130-143) discute a problemática conceitual dos arquivos pessoais e institucionais, no contexto da formação da memória na era pós-moderna: “são artefatos de registro de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional e, por conseguinte oficial,

[Digite texto]

seja individual, e, portanto, pessoal” (1998:131). Contrapondo-se à concepção tradicional de que os arquivos institucionais seriam “acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes”, preservados de modo neutro e imparcial pelo arquivista, desloca o foco para os desafios colocados pelos atuais sistemas de armazenamento de informações – múltiplos, complexos, desorganizados, descentralizados etc. Como templos modernos – templos da memória –, os arquivos constituem um esforço contra o esquecimento, refletem as lutas de poder do presente.

Na luta contra o esquecimento, somos, na atualidade, “seduzidos pela memória”, reforça Huyssen (2000: 9–15). Essa preocupação de natureza cultural e política, própria das sociedades ocidentais, tem lugar marcado no tempo: após a década de 1960, a partir de questões colocadas no contexto da descolonização e do pós-guerra, a emersão da memória do Holocausto foi o sinalizador para a emergência de outras histórias e memórias. Desde então, “a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta” (HUYSSSEN, 2000: 16).

Se pensarmos que a memória é um componente fundamental para a formação da identidade social e sua devida compreensão, entendemos melhor essa obsessão, já que vivemos em um mundo marcado pela fragmentação e dispersão social. Em seu célebre estudo *A Memória Coletiva*, Halbwachs (1990) analisou profundamente a natureza social da memória. Em particular, nos interessa destacar sua reflexão sobre a “necessidade de uma comunidade afetiva”, para que as memórias encontrem ponto de conexão e sobrevivam ao esquecimento:

Para que nossa memória nos auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de recordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1990: 34)

Para o autor, a memória é um fenômeno que perpassa essencialmente o campo social, construída como “ecos” de falas e pensamento emprestados de outros – a partir da leitura de um jornal ou livro, conversas com amigos ou familiares etc. Esse processo é muitas vezes inconsciente, quanto maior as mudanças que afetam a vida do indivíduo, mais complexas e entrecruzadas são as influências sociais. Nessa perspectiva, nossa memória se constitui de

[Digite texto]

forma dinâmica, está sujeita às mudanças e transformações, decorrentes de novas inserções coletivas. O autor não exclui o campo individual: a memória pessoal, também denominada interior ou interna, como trabalho do sujeito é um construto particular de diferentes influências sociais, “pois toda história de nossa vida faz parte da história geral” (HALBWACHS, 1990: 49-51).

Tomando como referência a análise de Halbwachs, Pollack (1992) entende que possam ocorrer projeções ou identificação da memória com um determinado passado, uma espécie de memória herdada; assim como há locais que podem ativar o sentimento de pertencimento, mesmo que longínquo – a exemplo de grupos deslocados geograficamente, cuja memória está calcada no lugar de origem da família. É importante lembrar, segundo o autor, que, na constituição da identidade, três elementos são essenciais: primeiro, “a unidade física” (do corpo físico, no caso do sujeito, ou do espaço físico, o sentimento de pertencimento de um grupo a um lugar); segundo, “a continuidade dentro do tempo” (no sentido físico, moral e psicológico); e, finalmente, “o sentimento de coerência” (a confluência de diferentes elementos agregadores). Assim, “a memória é um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em reconstrução de si” (POLLACK, 1992: 5).

A reflexão em torno de questões conceituais pertinentes ao arquivo pode ser enriquecida com muitas outras colaborações e estudos de temas subjacentes; mas, por ora, esses breves apontamentos são suficientes. No caso, para a compreensão de como a valorização da memória na Casa da Ciência está estreitamente vinculada ao sentimento de ausência ou perda de um sentido coletivo e identitário no presente, que teria existido no passado.

O Projeto Memória

A ideia de levantamento das memórias da Casa da Ciência da UFRJ surgiu em meio a uma reunião de equipe, em dezembro de 2010 – aniversário de 15 anos do centro cultural. Naquele momento, em uma discussão acalorada entre a diretora Fatima Brito e a produtora cultural Luciane Correia Simões sobre uma experiência passada, as duas memórias confrontavam-se

[Digite texto]

de forma dinâmica e bastante interessante, relembando dados e corrigindo fatos meio desbotados com o tempo.⁴

Além dessa cena instigante, também colaborou para a proposta o fato de estarem chegando novos funcionários concursados, inexperientes no campo da divulgação e popularização da ciência, que precisavam de um suporte para agilizar o entendimento da esfera de atuação do centro cultural. Dai, então, surgiu um primeiro projeto de memórias, baseado na metodologia da história oral⁵, que tinha como proposta a formação de “rodas de conversas” com antigos colaboradores e integrantes, falando sobre suas diferentes vivências na instituição ao longo do tempo de permanência na Casa. Os depoimentos seriam gravados em áudio e vídeo, com o objetivo de formar um acervo documental. Havia, naquele momento, a compreensão de que o material a ser produzido seria bastante útil, tanto do ponto de vista da escrita da história quanto para servir como material de apoio a outros projetos e preparação de novos funcionários. Nesse momento, o recorte temporal retrocedia apenas até o seu momento de criação – 1994/1995.⁶

O projeto ficou parado, apesar da viabilidade técnica, pois outras prioridades foram colocadas. Cerca de um ano mais tarde, com a mudança de direção, a nova diretora Isabel Cristina Alencar propôs outra dinâmica: a partir de uma oficina de projetos, estimulou a equipe a se organizar em grupos e pensar propostas de trabalho. Assim, pensando na comemoração dos 20 anos da Casa, foi retomada a ideia de criação de um acervo de memórias.

Com a participação de novos integrantes⁷, o esboço original foi aberto à discussão, conseqüentemente, enriquecido e ampliado. Então, foram incluídos no projeto mais três tópicos: o levantamento de testemunhos orais implicava pensar a organização da documentação, dispersa, não catalogada e exposta a condições inadequadas; um espaço

⁴ Época em que o grupo de funcionários era bastante heterogêneo, composto por membros de diferentes graus de experiência no campo da popularização da ciência. Fatima Brito também foi cofundadora da Casa e Luciane Correia Simões, antes de se tornar produtora cultural, foi também umas das primeiras mediadoras das exposições do espaço. Eu buscava entender todo aquele processo, pois fazia parte de um grupo recém-concursado e sem nenhuma experiência na área.

⁵ O conceito de história oral envolve uma longa discussão teórica. Em função dos limites desta apresentação, não está sendo abordada no texto.

⁶ Nesta fase, apresentei a proposta para Fatima Brito, que achou interessante e pediu para escrever o projeto.

⁷ Luciane Correia Simões (Produtora Cultural); Fernanda Cupolillo (Revisora), Maria do Socorro Moura Soares (Técnica em Assuntos Educacionais) e Simone Martins (Técnica em Assuntos Educacionais).

[Digite texto]

adequado para a devida manipulação e conservação; a ideia de uma biblioteca, especializada em divulgação científica e popularização da ciência – considerando que havia um grande número de livros acumulados ao longo dos anos e um antigo sonho da direção de montar uma biblioteca sobre o assunto.

Como somos um espaço da universidade, procuramos dois os órgãos de apoio: a Divisão de Memória Institucional, coordenada pelo Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ (SIBI) e a Divisão de Gestão Documental e da Informação (DGDI). Obtivemos boa assessoria inicial, mas esbarramos em dificuldades próprias do serviço público: falta de estrutura física e de pessoal. O grupo de discussão acabou se esvaziando e seus membros voltaram-se integralmente para outras atividades. Com isso, o projeto ficou engavetado por mais alguns anos.

No segundo semestre de 2014, a questão da memória da Casa veio à tona, devido a uma discussão interna do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ: a proposta de criar um amplo espaço cultural, a partir da remodelação arquitetônica de uma extensa área do *campus* da Praia Vermelha⁸, incluindo a Casa da Ciência. De acordo com o esboço arquitetônico proposto, isso significaria a destruição da nossa sede e o ambiente principal de exposição, para dar lugar a um edifício mais moderno e amplo. Contudo, a possibilidade de destruição de uma estrutura antiga fez emergir a questão do seu passado, até então totalmente desconhecido. Qual seria o seu valor histórico? Quando teria sido construída? Com qual função? E, assim, as perguntas começaram a se multiplicar.

Nesse momento, em caráter emergencial, como historiadora, fui imbuída de encontrar informações que esclarecessem sua condição histórica. Inicialmente, os primeiros documentos encontrados indicaram que havia um emaranhado a ser desenrolado, envolvendo uma tríplice negociação política, na década de 1920, para atender a um plano de reurbanização da Zona Sul da cidade – entre a prefeitura do Distrito Federal, a direção do Hospital Nacional de Alienados (antigo Hospício Pedro II) e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

⁸ O projeto vem sendo chamado de *Esquina de Ciência Arte e Cultura*
[Digite texto]

Portanto, o aprofundamento desse estudo envolvia um trabalho minucioso, com a investigação em diferentes arquivos da cidade.⁹

Esse contexto contribuiu para desengavetar o Projeto Memória, colocando-o em outra perspectiva, de valorização do passado como recurso de permanência. Desse modo, o recorte temporal da proposta se ampliou, retrocedendo à origem da edificação. Além disso, internamente, uma crise de identidade foi se configurando nos últimos anos: mudanças frequentes no corpo de funcionários, entraves burocráticos e econômicos, conflitos ideológicos etc. Um distanciamento da práxis de outrora foi se tornando cada vez maior, mas sem dar lugar a algo novo e melhor definido.

No atual conjuntura, o grupo de trabalho¹⁰ está sendo retomado em uma perspectiva ampliada: de articulação da construção do arquivo, com a decisão da direção da Casa de calcar nas memórias do passado um processo de revitalização afetiva e colaborativa. Ou seja, a proposta se aproxima do estudo de Halbwachs (1990), como dito anteriormente: encontrar nas memórias daqueles que vivenciaram a Casa, ao longo dos anos, pontos de contato e reconhecimento de suas inserções coletivas. Assim, em seu aniversário de 20 anos, para o segundo semestre de 2015, estão sendo pensadas algumas atividades que contribuam para trazer à tona essas memórias, através de uma campanha de mobilização afetiva: *Casa da Ciência +20 – Memórias de um Futuro Desejado*. Inicialmente, estão previstas algumas “rodas de conversas” com os fundadores da Casa e outros colaboradores mais antigos; uma mobilização para identificação de fotos, inclusive por redes sociais (são muitas as imagens sem a devida descrição); uma reunião comemorativa com os antigos mediadores etc.

Paralelamente, continua sendo realizada, nos arquivos da cidade, a pesquisa documental da construção e suas conexões históricas; no âmbito da universidade, a localização e a cópia da documentação referente ao espaço e seu entorno etc. Outra questão relevante também está em andamento: um estudo de doutorado, que tem como temática a análise das narrativas que estão sendo coletadas pela equipe do projeto com o propósito de traçar uma produção

⁹ Esta pesquisa está em andamento.

¹⁰ Além dos componentes anteriores, o atual grupo está contando diretamente com a participação da direção (Isabel Cristina Alencar e Maria de Fatima Brito Pereira) e continua aberto a outros possíveis colaboradores.
[Digite texto]

memorialística da Casa da Ciência, no campo da divulgação científica e popularização da ciência.¹¹

Em resumo, por tudo o que foi exposto, nosso objetivo geral para os próximos cinco anos é compor o acervo de memória institucional. Para tanto, a partir de um processo coletivo de rememoração, buscaremos: reunir relatos orais de integrantes e colaboradores da instituição (em áudio, vídeo e fotos); catalogar a documentação escrita e digital; disponibilizar parte do material coletado no *site* da Casa; produzir material de divulgação sobre a história e as memórias da Casa (livro, documentário, artigo, história em quadrinhos, revista etc.); fornecer conteúdo que contribua para a compreensão da história da divulgação científica no Rio de Janeiro e no Brasil etc.

Justificando a proposta

Com uma trajetória institucional relativamente recente, para alguns, pode parecer um tanto antecipado pensar na construção de um arquivo de memórias. Contudo, as demandas para a constituição do arquivo foram se tornando mais claras e proeminentes. Na verdade, além do que já foi exposto, várias justificativas podem ser pontuadas brevemente:

1. No decorrer das atividades profissionais na instituição, por vezes, tem sido solicitado, por instituições-parceiras ou estudantes-pesquisadores, um histórico mais aprofundado da Casa da Ciência. Sendo que grande parte das informações está na memória dos funcionários mais antigos, já perto de se aposentarem, ou de muitos profissionais e colaboradores que não atuam mais no espaço; também há numerosa documentação dispersa, não catalogada e não acessível;
2. Por falta de espaço e tratamento adequado dos papéis e documentos produzidos no decorrer dos trabalhos burocráticos e de criação, muitos começaram a se perder e a se deteriorar (atacados por mofo, cupim, poeira etc.);
3. Existem arquivos digitais que estão inacessíveis, devido à mudança de tecnologia (como fitas cassetes) e outros que estão com informação incompleta ou mesmo sem

¹¹ Projeto de doutorado de Luciane Correia Simões, vinculado ao Programa História das Ciências, das Técnicas e da Epistemologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (HCTE/UFRJ)
[Digite texto]

informação (a exemplo de inúmeras fotos de eventos e atividades, sem a devida descrição);

4. A instituição criou, ao longo dos 20 anos de sua existência, uma identificação com a própria edificação, com ares de casarão, outrora parte de um antigo hospital de alienados Hospital Nacional de Alienados, testemunho importante da história do município do Rio de Janeiro, uma enfermaria construída na década de 1920. Contudo, é uma área de conflito de interesses, dentro e fora da universidade. Por mais de uma vez, teve a sua sobrevivência ameaçada. Desse modo, contar a sua história é uma forma de garantir a sua permanência;
5. Sua principal edificação, por características peculiares, frequentemente é alvo da curiosidade do público visitante, em relação à sua história, ainda por ser escrita;
6. Por fazer parte de um ambiente universitário, projetos da instituição têm despertado o interesse de estudos acadêmicos em diferentes áreas. Em especial, na popularização da ciência e no contexto da educação não formal;
7. O arquivo também visa atender à Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, que determina acesso “a qualquer informação pública produzida ou custodiada pelos órgãos e entidades da Administração Pública”.¹²

Conclusão

A proposta de nosso arquivo de memórias está se configurando muito além de uma simples coleta e organização documental. Há uma consciência, meio nebulosa, de que a Casa da Ciência precisa mobilizar suas forças, repensar a reconfiguração de seus objetivos e suas práticas. Assim, revirar os vestígios do passado pode colaborar para o entendimento dos caminhos percorridos; das conjunturas mais amplas e atuantes sobre as escolhas feitas; do que mudou e não pode mais ser recuperado; daquilo que ainda se sustenta no peso de sua tradição etc. Nesse sentido, as palavras de Hugo Lovisoló são perfeitas para dar a dimensão da força do passado sobre o presente:

¹² A LAI foi publicada em 18 de novembro de 2011, mas só entrou em vigor 180 (cento e oitenta) dias após essa data, ou seja, em 16 de maio de 2012. No Capítulo II, Art. 6º, estão relacionados os deveres dos órgãos e entidades do poder público em relação à disponibilização da informação; e, Art.7º, constam os tipos de informações de direito do cidadão. In: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>, acessado em 10-11-2015
[Digite texto]

A memória histórica se nos apresenta idealmente como âncora e plataforma. Enquanto âncora, possibilita que, diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos desmanchemos no ar. Enquanto plataforma permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição (LOVISOLO, 1989: 16-17).

O levantamento e a sistematização organizada dos vestígios do passado, tanto de documentos escritos quanto testemunhos orais, permitem abordagens críticas desse mesmo passado com os olhos do presente; ou, por outro lado, reflexões sobre o presente respaldadas em referências do passado. Deste ponto de vista, além de atender as funcionalidades operacionais da instituição, aberto a diferentes análises e interpretações, o arquivo documental¹³ permite a atualização crítica do olhar da instituição sobre si mesma.

O movimento de reflexão em torno do nosso Projeto Memória tem sido de amadurecimento: principalmente, dado o seu caráter processual, contínuo, cumulativo e aberto. Entendemos que estando em uma universidade pública, circunscritos em uma rede complexa de relações institucionais, sua construção tende a assumir um caráter oficial e de diálogo permanente com outros órgãos. De um lado, o caminho se torna mais burocrático e lento; de outro, em longo prazo, tende a somar esforços em prol da memória da própria universidade como um todo.

Bibliografia

ANDREATTA, Verena; CHIAVARI, Maria; REGO, H. O. Rio de Janeiro e a sua orla: história, projetos e identidade carioca. **Coleção Estudos Cariocas**, 2009. p. 1-16. Disponível em:

<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2418_O%20Rio%20de%20Janeiro%20e%20sua%20orla.pdf> Acessado em: 05 jun.2015.>

CAETANO, Lucinda O. **Palácio Universitário do Brasil ex. - Hospício Pedro II**. Rio de Janeiro, UFRJ, EBA, 1993. (Tese de Mestrado)

CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, Lia (Org.). **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. [Encontro de Inventários de Conhecimento do IPHAN, realizado no Rio de Janeiro 2-4 de outubro de 1995]. IPHAN, 1998.

¹³ Entendemos documento de forma alargada, como analisado por LE GOFF (1990: 538): “documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.
[Digite texto]

COOK, Terry. O Espaço do Arquivo – arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Vol. 11, N] 21 (1998).

Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2062/1201>
Acessado em: 18 mar.2014

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOM. Armand Colin, 2013. Disponível em:

<http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf> Acessado em: 01 jun.2015

FACCHINETTI, Cristiana *et al.* No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados. **Revista História, Ciência, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz**, v. 17, n. supl 2, p. 733-768, 2010.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. **Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant**, 2005 Disponível em:

<www.vdl.ufc.br/.../Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf> Acessado em: 15 jan.2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989. Disponível em:

<bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2274/1413> Acessado em: 18 mar. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo. (10). Dez. 1993. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acessado em: 25 mai. 2015.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em:

<www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acessado em: 20 jun.2014

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em:

<www.pgedf.ufpr.br/downloads/.../memoria_e_identidade_social.pdf> Acessado em 20 jun.2014

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996. Disponível em:

< bibliotecadigital.fgv.br > Página Inicial > v. 9, n. 17 (1996)> Acessado em: 15 jun. 2014

SCHIMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 4, n. 1/2, 1993, p. 285-298. Disponível em:

< www.revistas.usp.br/psicousp/article/download/34481/37219> Acessado em 15 jun. 2014.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. Disponível em: < www.scientificcircle.com > ... > Volume 22, Número 44. 2002.> Acessado em 20 jun.2014

Sites

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

<http://www.acessoainformacao.gov.br/>